

FERNANDO FRAZÃO/AGÊNCIA BRASIL



Tema é essencial para desenvolvimento sustentável

Avanços na rastreabilidade ambiental da soja e da carne

O Brasil já tem uma capacidade avançada de monitorar as cadeias produtivas da soja e da carne bovina, mas precisa avançar na integração dos instrumentos disponíveis. Essa foi uma das conclusões de pesquisadores que analisaram 21 iniciativas de monitoramento e rastreabilidade socioambiental de dois dos principais produtos da agropecuária nacional. O resultado foi o estudo Rastreando a Responsabilidade: fortalecendo o monitoramento do desmatamento nas cadeias de suprimento de soja e carne bovina do Brasil, lançado nesta terça-feira (28) pela organização ambiental WRI Brasil. O objetivo é compreender a atual capacidade do Brasil em acompanhar as crescentes exigências do mercado internacional. Das 21 iniciativas estudadas, foram analisadas dez voltadas à cadeia produtiva da soja e outras 11 adotadas na produção de carne bovina.

Novo medicamento para câncer de pulmão

A Anvisa aprovou a inclusão de um novo medicamento, o Datroway®, para tratamento de pacientes adultos com câncer de pulmão. O registro do medicamento oncológico do laboratório Daiichi Sankyo Brasil Farmacêutica Ltda. foi publicado na segunda no Diário Oficial da União. O medicamento oncológico é indicado para o tratamento de pacientes adultos com câncer de pulmão de não pequenas células, que se origina nos tecidos do pulmão e cujo tumor está em fase avançada ou em metástase.

PAULO PINTO/AGÊNCIA BRASIL



Datroway ganha indicação para tipo avançado com mutação

Fiocruz e farmacêutica assinam acordo

Um memorando de entendimento entre a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e a farmacêutica privada MSD permitirá a produção, no Brasil, de um novo medicamento contra o vírus HIV. O documento foi assinado na terça-feira (28), durante a 26ª Conferência Internacional da Aids, no Rio de Janeiro. O Alimatravir é um medicamento do tipo Profilaxia Pré-Exposição (PrEP), ou seja, ele deverá ser administrado antes de a pessoa entrar em contato com o HIV para começar a agir antes da infecção das células pelo vírus causador da Aids.

Seu uso no país ainda precisará ser aprovado

O remédio ainda está sendo desenvolvido pela farmacêutica e precisa ser aprovado no estudo clínico de fase 3, que avalia a eficácia do medicamento em um grupo grande de voluntários e que está em andamento. Além disso, seu uso no país ainda precisará ser aprovado pela Anvisa. “A vantagem é que a Fiocruz já participa ativamente [dos estudos] com esse memorando”, disse o ministro da Saúde, Alexandre Padilha.

Transmissão vertical I

O Brasil atingiu as metas estabelecidas internacionalmente de eliminação da transmissão da hepatite B de mãe para filho. Em evento do Dia Mundial de Luta contra Hepatites Virais, no Rio de Janeiro, o Ministério da Saúde informou que, nos últimos dois anos, menos de 0,1% das crianças apresentaram infecção ativa pelo HBV.

Transmissão vertical II

Com isso, o governo solicitou à Organização Pan-Americana de Saúde a certificação internacional de eliminação da transmissão vertical do vírus. De acordo com o Ministério da Saúde, a prevalência da transmissão de mãe para filhos no país ficou em 0,0111% no ano de 2025, abaixo do limite de 0,1% estabelecido internacionalmente.

Prevenção ao HIV I

O Sistema Único de Saúde (SUS) pode começar a oferecer ainda este ano uma nova forma de profilaxia pré-exposição (PrEP), aplicada por injeção, para a prevenção do HIV.

Trata-se do medicamento cabotegravir, que impede a replicação do vírus de forma prolongada e pode ser tomado a cada dois meses.

Prevenção ao HIV II

O pedido de inclusão vai ser encaminhado pelo Ministério da Saúde à Comissão Nacional de Incorporação de Novas Tecnologias no SUS na semana que vem. A Conitec é um colegiado independente que avalia aspectos como o custo-benefício da oferta de novos tratamentos pelos serviços públicos, antes que eles sejam incluídos no rol do SUS.

O uso de PrEP I

Uma pesquisa com usuários do aplicativo de relacionamentos Grindr em 10 países alertou na segunda que mesmo o elevado conhecimento sobre a Profilaxia Pré-Exposição (PrEP) como forma de prevenção ao HIV ainda não se traduz em um uso equivalente dessa proteção. Essa distância indica que o acesso à prevenção é o maior desafio.

O uso de PrEP II

Segundo o relatório Closing the Gap (Fechando a Lacuna, em português), no Brasil, 72% dos usuários que participaram da pesquisa declararam conhecer a PrEP, mas somente 28% utilizavam o método.

Quando a referência é a PrEP sob demanda, embora 65% saibam o que é, apenas 13% já fizeram o uso.



IBM

A avaliação foi feita por pesquisadores em um debate na segunda

Contrapartidas necessárias para receber data centers

Debate na SBPC apontou riscos ambientais, sociais e de soberania

Da **Redação**

A expansão dos data centers no Brasil exige planejamento, transparência e regras que garantam benefícios ao país e reduzam impactos socioambientais. A avaliação foi feita por pesquisadores em um debate realizado nesta segunda-feira (27), em Niterói, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, como parte da programação da 78ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

Os professores Mauro Oliveira, do Instituto Federal do Ceará (IFCE), e Dan Levy, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), defenderam que a instalação de grandes centros de processamento de dados precisa ser acompanhada de políticas públicas e maior participação da comunidade científica.

Para Mauro Oliveira, o Brasil corre o risco de repetir uma lógica histórica de exploração de recursos naturais sem garantir contrapartidas para o desenvolvimento nacional.

“O problema não é receber data centers. O problema é receber esses investimentos sem negociação. O Brasil precisa definir o que quer exigir em troca”, disse Mauro.

Segundo o pesquisador, a discussão sobre data centers ainda está restrita a poucos setores e deveria mobilizar universidades, governo e sociedade. Ele argumentou que esses empreendimentos trazem desafios relacionados ao consumo de energia, à soberania digital e ao controle da infraestrutura tecnológica.

Oliveira citou o projeto de instalação de um grande data center voltado à inteligência artificial no Ceará. Segundo ele, a unidade deverá consumir cerca de 300 megawatts de potência, demanda equivalente à capacidade de abastecimento de milhões de pessoas.

“O mundo, hoje, não consegue produzir energia suficiente para atender à demanda projetada pelos data centers de inteligência artificial”, disse.

Além da energia, Oliveira defendeu que o país estabeleça mecanismos permanentes de monitoramento, auditoria e transparência sobre os projetos.

“O papel das universidades é participar desse debate. Não somos contra os data centers. Somos contra a ausência da universidade na discussão sobre as condições em que eles estão sendo implantados”, disse.